

25 ANOS DE IMPLANTAÇÃO DA UFMT

Benedito Pedro Dorileo

Admita-se, portanto, o ano de 1972, como o 1 da implantação da Universidade e 1970, como o da criação. In Pensar Para Fazer.

Criada em 10 de dezembro de 1970, a Universidade Federal de Mato Grosso, pelo Presidente da República Emílio Garrastazu Médici, encontrou o nosso Estado íntegro em seu território político, havendo na Capital cuiabana o Instituto de Ciências e Letras, e, em Campo Grande, o Instituto de Ciências Biológicas e da Saúde, criados pelo governador Pedro Pedrossian, como núcleos primeiros das duas futuras universidades.

Na Capital, a Universidade Federal absorve o ICLC e a Faculdade Federal de Direito, e, na cidade campo-grandense surge a Universidade Estadual, com base no seu Instituto, no mesmo ano.

Escreveu-se, ultimamente, que a UFMT teve sede própria em 1971, com seus cursos, inicialmente, funcionando “em prédios cedidos por outras instituições públicas”. Não é bem assim. Instalações diversas e esparsas deram-se, antes, com o ICLC. A Faculdade de Direito possuía, no centro da cidade, suntuosa sede própria, onde, hoje, se abriga a Delegacia do MEC.

Em agosto de 1970, antes portanto da criação da Universidade Federal, a Faculdade de Direito e o ICLC foram transferidos para o Campus de Coxipó da Ponte. O berço estava pronto, ainda que outros arranjos estivessem em obras. As duas Administrações com todos os seus cursos superiores já estavam integrados no Campus à espera da hora decisiva para acolher a Universidade Federal, que estava para chegar.

Chegou, recepcionou e envolveu no cerrado coxiponés os cursos de graduação preexistentes e funcionando: Direito, Economia, Ciências Contábeis, Engenharia Civil, Matemática, Física, Química, História Natural, Letras, Pedagogia, Geografia e Serviço Social. A licenciatura em História estava criada, implantada ulteriormente.

Estavam em plena atividade, assim, doze cursos superiores em

Cuiabá, quando surgiu a Universidade. E não, apenas, oito. É preciso de acuidade para uma leitura correta.

Em 25 de novembro de 1970, o Campus é visitado pelo Ministro da Educação e Cultura Jarbas Gonçalves Passarinho, Governador Pedro Pedrossian e seu sucessor Governador José Fragelli. A inauguração oficial da cidade Universitária aconteceria em 12 de março de 1971, nas últimas horas de administração do governador, filho de Miranda.

A Lei nº 5647/70, que instituiu a UFMT, determinou a reestruturação das entidades absorvidas em unidades universitárias, em cumprimento à chamada lei da reforma universitária, nº 5540/68.

Para coordenar a implantação da novel Universidade foi designado o médico Gabriel Novis Neves, então Secretário de Estado da Educação e Cultura, Reitor "pro tempore", em ato ministerial de 16 de março de 1971. Dirigiam, na época, a Faculdade de Direito, Alcedino Pedroso da Silva, depois Hélio Jacob; e o Instituto de Ciências e Letras de Cuiabá, Benedito Pedro Dorileo e Atílio Ourives.

Houve, no País, casos de largo hiato entre o ato de criação de Universidade e sua implantação, como o da Universidade Federal do Piauí, instituída em 1968 e somente, a partir de 1971, teve início a sua concretização. Em Mato Grosso foi ato contínuo, imediatamente tudo prosseguiu, sem trégua. A Universidade saía do papel.

O Conselho Diretor foi composto por ato presidencial, em 5 de maio de 1971. O projeto de Estatuto da Fundação Universidade já estava pronto, aprovado e em vigor, em 18 de outubro desse ano, por ato do Governo Federal.

Isto é narração? É, mas é um aceno, ao mesmo tempo, para reflexão sobre a luta cuiabana, de um povo esquecido centenariamente, resignado como guardião do centro-geodésico da América do Sul, sem meios de comunicação, salvo por águas dos rios e mar, em demorada viagem para alcançar a capital federal, passando pela bacia do prata.

Os primórdios não podem ser enterrados.

A nascente Fundação Universidade, naturalmente, não dispunha em 1971 de orçamento para executar, não possuía recursos federais.

O Governador José Fragelli, dirigindo o Mato Grosso indiviso, sensibilizou-se e garantiu financeiramente o funcionamento regular dos órgãos da Instituição que se definia, sem prejuízo algum de continuidade, e

pondo disponível pessoal do serviço público estadual, nesse ano. Salários parcos, mas ideal gigantesco de toda a comunidade universitária.

Logo no início elaborou-se o orçamento plurianual para o triênio de 1972/73/74, entregue ao MEC no mês de abril/71.

Tudo célere, o governador José Fragelli, em maio de 1971, sanciona lei que faz doação da Cidade Universitária, com mais de 60 hectares, transferindo, ainda, bens imóveis e móveis para a incipiente Fundação Universidade, em organização.

Pedrossian e Fragelli demonstraram na soma de nove anos dos seus governos, altíssima capacidade de trabalho e tornou evidente, para a história, que era possível administrar o Mato Grosso íntegro, rico em potencial e viável economicamente, até a sua divisão em 1977.

Não houve interrupção na edificação do Campus universitário, o campus-sede, onde se situa a reitoria. O que se criou, após, naturalmente, é fruto da interiorização, da expansão prevista com “campi” avançados. O Centro Pedagógico de Rondonópolis aderiu à UFMT por força da legislação que dividiu o Estado.

O Reitor fundador Gabriel que recebeu, após, os seus mandatos regulares, começa, em 1971, a construir, a partir dos três blocos térreos e do parque aquático preexistentes. Já em agosto expedia-se concorrência pública de nº 001/71 para a edificação do bloco de Tecnologia e a de nº 002/71, para construção do ginásio coberto de esportes, o maior do Estado.

E assim prosseguiu, como anotei logo após: ... multiplicação acelerada de metros quadrados edificadas, obrigando-nos a trabalhar permanentemente em meio a canteiros de obras - cérebro e cimento, papel e ferro, idéia e pedra, acerto e erro, construindo sempre.

Aprovamos no Conselho Diretor o quadro de pessoal da Fundação Universidade, com o Plano de Cargos e Salários, através da resolução nº CD 24/71, de 28 de dezembro de 1971. O clima era de plena autonomia universitária. O Governo Federal, o MEC propiciaram todos os meios adequados. A constituição jurídica da Fundação Universidade estava definida em escritura pública no cartório do 1º ofício, em 23 de dezembro de 1971.

Neste ano de 1997, são passados 25 anos da implantação definitiva da Universidade Federal de Mato Grosso.

Anotei na época: A oração do Natal de 1971 foi a de agradecimento e de trabalho, pois a poucos dias depois, em 4 de janeiro de 1972, através da

Resolução nº CD 02/72, da qual fui relator, o Conselho Diretor aprovava a estrutura da Universidade, simplificando o quanto possível o organograma. Definiram-se os órgãos: reitoria, vice-reitorias acadêmica e administrativa, os colegiados e os setores das administrações meio e fim.

Na implantação, as instituições anteriores ficaram reestruturadas em dois Centros Universitários: o de Humanidades e o de Tecnologia, coordenando Departamentos, correspondendo cada qual a um curso de graduação. Organizou-se a Coordenação Geral do Primeiro Ciclo de Estudos, o básico, como pré-requisito do segundo, o ciclo profissionalizante. As atividades de ensino, pesquisa e extensão distribuídas nos Centros.

Poderíamos ter tido estrutura maior, prevaleceu o bom senso. Cada órgão novo, cada chefia no momento certo, nenhuma “multiplicação de meios para fins idênticos ou equivalentes”.

Já na metade do ano de 1972, o Reitor propunha a Uni - Selva : “raciocínio demográfico (responsabilidade geográfica e histórica); uma ótica educacional (coleta de informações, manipulação de pesquisas e manuseio de recursos técnicos) e por uma dimensão sócio - antropológica”. E a cidade-laboratório Humboldt, na época, “era o mais novo dos instrumentos criados pelo governo federal para corrigir a ocupação acelerada e predatória da Amazônia”. Batia-se pela inversão do binômio para pesquisa e ensino.

Ainda que a UFMT não constasse nos planos de capacitação docente do MEC, conseguia-se, no início, enviar o primeiro grupo de professores para a pós-graduação, como o foi no programa internacional do LASPAU, nos Estados Unidos da América.

É impossível prosseguir neste espaço diante da generosa oferta de dados de atos e obras dos primeiros tempos, que, naturalmente, prosseguiram, em menor ritmo, até nossos dias.

O Fazejamento foi uma verdade, o planejamento pôde ter existido, mas foi tragado pelo fazer. E deu certo. Disto não se fez apologia, pois o planejamento foi, após, intensamente perseguido.

A estrutura da Universidade cresceu progressivamente no tempo, acompanhando a sua expansão, mas se observa algo a mais, com ranços de repartição pública comum, em certos setores. O espírito de classe ou de corpo é necessário e salutar, o corporativismo exacerbado é pernicioso.

A autonomia didático-científica, administrativa e financeira existiu e o MEC apoiou. Hoje, não existem mais as duas últimas.

A UFMT, hoje, está alcançando grande parte do Estado, expande-se, mas a interiorização não deve ceder à queda de qualidade.

Em suma, a UFMT tem cumprido o seu desiderato. É extremamente importante saber em que medida a Universidade se liga à sociedade, ou aos seus campos tecnológicos, em que medida ela é informada dos planejamentos globais da sociedade.

Assim, neste processo, como já asseverei, a atitude deve ter ambivalente: em vez de a sociedade esperar e criticar a Universidade, dizer a ela, compor-se com ela. E, então, é a composição planejada das necessidades sociais do povo - com o governo estadual, municipal, entidades não governamentais, empresas, proporcionando indicadores para a criação ou supressão de curso, de graduação ou pós-graduação. E, ainda, a adequação curricular, a demanda necessária a exigir os profissionais habilitados e a otimização dos recursos.

Nessa ambivalência, a Universidade, além dos freios academicistas do ensino de repetição, lança-se no campo da investigação, como já se vê apreciável o acervo de teses desenvolvidas em cursos de excelência. Muitos são os óbices de aproveitamento dessas pesquisas e sua aplicação na realidade social: ora a falta de recursos financeiros, ora as síndromes de reforma no serviço público, que amedrontaram muitos docentes pós-graduados e empurraram-nos para casa, aposentados. Aliás, alguns deles ruidosos defensores do “ensino público e gratuito”, depois se engajaram no ensino particular e pago.

Creio na Universidade pública, defendámo-la como agência primeira de audiência do desenvolvimento do País.

Creio na UNI-SELVA, inacabada pela essência, pisando a soleira do terceiro milênio, com as marcas da sua origem sertaneja, do seringueiro, do canoeiro, do garimpeiro, do vaqueiro, do oleiro, do mateiro, do índio, com quem aprendeu a índole da sobrevivência.